

A GEOGRAFIA CRÍTICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980 : TENTATIVAS DE MUDANÇAS RADICAIS*

*Rui Ribeiro de CAMPOS***

Resumo

O artigo aborda algumas características e alguns expoentes do que se convencionou chamar de Geografia Crítica brasileira. Restringe o relato ao final de década de 1970 e à década seguinte, período no qual esta corrente de pensamento teve uma atuação marcante. Coloca aspectos do momento histórico e, sucintamente, analisa características desta corrente e alguns dos autores que mais se destacaram neste processo.

Palavras-chave: geografia crítica brasileira, método dialético, espaço social .

Abstract

Critical Geography in Brasil in the 80's

The article tries to delineate some characteristics and exponents from the called Radical or Critical Geography in Brazil. It restricts the narration at the end of 1970's and to the following decade, epoch which this tendency has one significant performance. It includes aspects from the historical context and, in a short way, examines the characteristics of this conception of Geography and some of the authors who singularize in this process. Briefly, it analyses the renewal of the Geographic Science and the effort to create a Brazilian slope elaboration by the Critical Geography in the eighties.

Key-words: Brazilian Critical Geography, dialectic method, social space.

* Este texto possui trechos do sétimo capítulo de CAMPOS, Rui R. de. **A geografia brasileira, dentro e fora da sala de aula:** uma ciência em construção. 1997. p. 351-403. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 1997.

** Professor de Evolução do Pensamento Geográfico do Curso de Geografia da PUC - Campinas, mestre em Educação e doutorando em Geografia, na UNESP, *campus* de Rio Claro.

APRESENTAÇÃO

A Geografia tentou ser salva pela matemática e pelo computador; depois, procurou se salvar dos dois.

A insatisfação em relação à *Nova Geografia* ou Geografia Quantitativa, devido à sua reificação dos problemas sociais, supressão das dimensões éticas e ideológicas das decisões, omissão das contradições, idealização das condições reais através de modelos, crença de que a quantificação fornecia objetividade, proximidade dos princípios do darwinismo social, exclusão do processo histórico, fragmentação do real e a não inclusão da vida real como objeto de estudos, provocou a busca de novos caminhos. Ao mesmo tempo, nas décadas de 1960 e 1970, ficou patente que o crescimento capitalista desordenado e cada vez mais globalizado gerava grandes custos sociais e políticos, agravando os problemas sociais e ambientais, notadamente no Terceiro Mundo. Alguns geógrafos vão investir no estudo das causas da crise, vão procurar as raízes dos problemas; outros contornarão a discussão mais profunda, retornando, de modo marcadamente subjetivista, a discussões clássicas da Geografia, como a relação entre o homem e o meio natural¹.

Diversos grupos retornaram a fontes tradicionais da Geografia, embasando-as na fenomenologia, no kantismo, em algumas correntes psicológicas e na aproximação com estudos relativos ao meio ambiente. Outros propuseram uma real ruptura com a Geografia Tradicional positivista e neopositivista, fundamentando-se principalmente em teorias marxistas e anarquistas, com propostas de mudanças sociais radicais.

A chamada abordagem humanística teve como substrato a fenomenologia existencial, considerando como fundamental a experiência vivida e adquirida pela pessoa, concebendo o espaço como um contexto de vivências e integrando ao estudo do mesmo a análise dos sentimentos e idéias espaciais. Parte desembocou na tendência têmporo-espacial, que procurava traçar as trajetórias dos ritmos de vida em função do tempo e do espaço. Alguns autores os englobam como Geografia do Comportamento e da Percepção (ANDRADE, 1987, p. 111-115) ou Geografia da Percepção ou Comportamental (MORAES, 1981, p. 106), em virtude de sua aproximação com a Psicologia, inclusive de correntes behavioristas. Fundamentou esta abordagem o fato de que cada pessoa possui uma maneira própria de apreender o espaço e de o avaliar, existindo uma escala espacial e um significado próprios para cada indivíduo. Portanto, não há

¹ Em 1980, Arilado U. de Oliveira dividiu, superficialmente, a produção da Geografia brasileira em três grupos: a) dos *geógrafos tradicionais*, “retransmissores da Geografia do ‘laissez-faire’”, produto e transmissora da ideologia da etapa concorrencial do capitalismo; b) dos seguidores da *New Geography*, “evadido pelas seqüelas da ideologia do capitalismo monopolista” e fazendo “uma Geografia a serviço das classes dominantes sob a égide do capital e do monopólio...”; c) dos preocupados com uma visão crítica da sociedade e comprometidos com sua transformação, que procuravam criticar a produção e os geógrafos dos grupos anteriores para, “em compreendendo-os historicamente, ir além da Geografia. Ou, por outras palavras, chegar à História, não à historiografia.” (1980, p. 14-15)

uma representação comum do espaço, o que inviabiliza soluções que partem de uma noção comum de espaço. Entretanto, “*o fato de que a situação do indivíduo na produção é determinante não é reconhecido*” (SANTOS, 1978a, p. 71). A valorização subjetiva do espaço, a relação dos grupos com a natureza, o comportamento no território habitado, são alguns dos temas. Já os idealistas tentaram compreender a paisagem cultural, procurando revelar o pensamento que a engendrou. Os *críticos ou radicais*, por sua vez, propunham uma Geografia militante, almejando uma transformação da realidade social, politizando o discurso geográfico, concebido como um dos instrumentos de modificação da sociedade.

Essas angústias e procura de novos caminhos foram, em grande parte, derivadas da apatia social da *New Geography* e de seu comprometimento com os setores sociais dominantes. A década de 1970 mostrou que a forma de crescimento industrial existente levava à degradação da natureza e da sociedade, à dilapidação dos recursos humanos e naturais. Desmatamento indiscriminado, ocupação forçada das encostas urbanas pelos excluídos, poluição da rede potâmica, uso abusivo de defensivos agrícolas — que defendiam a planta e ofendiam o homem —, grandes barragens inundando várzeas e expulsando homens de suas terras e de sua identidade cultural, programas de irrigação para monoculturas de exportação onde a fome estava em expansão, possibilidade de acidentes com usinas atomoelétricas evidenciados por Three Miles Island (Pensilvânia, EUA, 1979) e Chernobyl (Ucrânia, 1986), fizeram com que a preocupação com o meio ambiente natural e social tomasse corpo na Geografia.

Geógrafos especializados em setores da chamada *Geografia Física* passaram a pesquisar os impactos sociais em suas áreas de estudo ou a ampliar o espectro de suas pesquisas. Formou-se uma espécie de corrente ecológica na Geografia. Tiveram grande influência os trabalhos do geomorfólogo francês Jean Tricart que, inclusive, procurou construir uma ecogeografia. No Brasil, a ocorrência de desequilíbrios provocados pela ação governamental na Amazônia e no Nordeste e a degradação do ambiente urbano metropolitano estimularam a ação de cientistas — como o geomorfólogo Aziz Nacib Ab’Saber — que se transformaram em pessoas de destacada atuação na luta em defesa do meio ambiente nacional. O especialista em climatologia Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro passou a se dedicar também ao estudo da poluição urbana, de suas influências no clima urbano, além de repensar a Geografia como ciência. Ora se aproximando da corrente da percepção e do comportamento, ora da abordagem crítica, os geógrafos preocupados com o meio ambiente divergiam quanto às soluções pois possuíam ideologias diferentes mas se assemelhavam nas preocupações. Mas, de qualquer maneira, descobriu-se a necessidade de intercâmbio científico, de romper a delimitação rigorosa existente entre as ciências e a importância da ação política.

Este artigo pretende, tão-somente, traçar um painel da chamada Geografia Crítica brasileira, caracterizando, em primeiro lugar, o contexto histórico que a engendrou e,

depois, relatando algumas características e alguns expoentes desta corrente². Com certeza, ficaremos devendo muito em termos de aprofundamento de temas e concepções; além disso, autores importantes não foram citados, tanto em razão de nosso desconhecimento quanto pela opção pelos que tiveram maior evidência no período, o que não os torna, necessariamente, mais importantes que muitos dos omitidos. O objetivo básico foi o de elaborar um texto introdutório ao estudo do período em questão e, por isso, não analisaremos o que ocorreu com esta corrente após as transformações ocorridas no mundo com a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS.

A GEOGRAFIA CRÍTICA BRASILEIRA: CONTEXTO HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS.

E a Geografia, tantas vezes a serviço da dominação, tem de ser urgentemente reformulada para ser o que sempre quis ser: uma ciência do homem. (SANTOS, 1978a, p. 213)

Na segunda metade dos anos 70, ocorreram o fim do período chamado de *Milagre Brasileiro*, as greves do ABC, a revogação do AI-5 e a aprovação do projeto do governo sobre a anistia. O Brasil havia adotado um modelo que propunha a criação das melhores condições possíveis para o investimento, sobretudo do capital estrangeiro, não tendo como objetivo a melhoria imediata das condições de vida da maioria da população. Enfatizou o aumento da produção, voltada à exportação e à ampliação da concentração de renda. Um modelo estruturalmente dependente acabou sofrendo os efeitos da crise iniciada no final de 1973, chamada de *crise do petróleo*. O país começou a década de 80 com uma grave recessão econômica, que reforçava a concentração de renda e provocava maior instabilidade social. O Brasil pós-milagre se descobriu com um elevadíssimo desnível social e regional e com a propriedade da terra mais concentrada; descobriu também que essas características eram as previstas pelo próprio modelo adotado. A população, que sofria o agravamento da situação de pobreza e deterioração dos serviços públicos, passou a sofrer também com o aumento da inflação³.

Ainda em plena ditadura, ocorreram algumas greves, sendo as mais famosas as de 1978 e 1979 ocorridas no setor metalúrgico do ABC paulista — na época, a principal região industrial do país —, que resultaram em intervenção nos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e em prisões de líderes sindicais. Muitos trabalhadores redescobriram seus direitos e a importância do sindicato.

² Uma visão panorâmica desta corrente na França e nos EUA, pode ser encontrada em artigo de nossa autoria: A Geografia Radical, na França e na América Anlo-Saxônica. *Humanitas*, Campinas, v.2, n.2, p.7-21, 1999.

³ A inflação, que já era de 40% a.a. quando João Baptista de Figueiredo (1979-85) assumiu, atingia 220% a.a. quando seu governo terminou.

(...) *As cabeças levantadas*
Máquinas paradas
Dia de pescar
Pois quem toca o trem para frente
Também de repente
Pode o trem parar
 (...)
 Gente que conhece a prensa
A brasa da fornalha
O guincho do esmeril
Gente que carrega a tralha
Ai, essa tralha imensa
*Chamada Brasil. (...)*⁴

No final de 1978 foi revogado, ainda no governo Geisel, o AI-5. O relaxamento da censura possibilitou a divulgação de livros, nacionais e estrangeiros, antes proibidos. O debate político retomou seu espaço nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Ressurgiram movimentos de massa, como o *Movimento do Custo de Vida*, de grande destaque em 1978, iniciativa ocorrida na Grande São Paulo de clubes de mães e das comunidades eclesiais de base (CEBs), ligadas à Igreja Católica⁵. Em 1979, foi recriada a União Nacional dos Estudantes (UNE); neste mesmo ano, Elis Regina (1945-1982) cantava:

(...) *Meu Brasil...*
que sonha com a volta do irmão do Henfil
com tanta gente que partiu
num rabo de foguete
chora a nossa pátria
mãe gentil
choram Marias e Clarisses
*no solo do Brasil. (...)*⁶

⁴ Música *Linha de Montagem*, de Novelli e Chico Buarque, de 1980. A greve de maio de 1978 envolveu cerca de 180 mil metalúrgicos na região do ABCD paulista. Na greve dos metalúrgicos da capital paulista, em outubro de 1979, foi morto com um tiro o operário Santo Dias da Silva (32 anos, dois filhos). Seu enterro reuniu aproximadamente 10 mil pessoas.

⁵ O *Movimento do Custo de Vida* conseguiu recolher, em 1978, um milhão e trezentas mil assinaturas em favor de três reivindicações: o não aumento dos gêneros de primeira necessidade, aumento de salário superior ao custo de vida e concessão imediata de um abono. (RIBEIRO, 1988, p.231)

⁶ Letra da música *O Bêbado e o Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc. Henfil (Henrique de Souza Filho), cartunista que ganhou projeção nacional a partir de 1969 como colaborador de *O Pasquim*, criando personagens (como Zeferino, Bode Orelana, Graúna, fradinhos) que satirizavam e criticavam o regime militar. Hemofílico, contraiu o vírus da AIDS em transfusão de sangue e faleceu em 1988. Seu irmão é o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), figura de destaque na chamada *Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida*. *Marias* é uma referência à esposa do operário Fiel Filho, assim como *Clarisses* se refere à mulher do jornalista Wladimir Herzog; ambos morreram em 1979, em São Paulo, vítimas de torturas.

Em agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou o projeto de anistia — era a 48a. de nossa história — apresentado pelo governo federal. Muitos brasileiros exilados começaram retornar *à nossa pátria, mãe gentil*. Em novembro do mesmo ano, o projeto do governo restabelecendo o pluripartidarismo foi aprovado⁷. Em 1983, fruto do desemprego e da queda do poder aquisitivo dos salários, ocorreram saques a supermercados, notadamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; e, neste período, o Fundo Monetário Internacional (FMI) já monitorava nossa economia. Em 1984, milhões de brasileiros saíram às ruas — numa quantidade nunca vista, por uma causa política — exigindo eleições diretas para presidente⁸. Chamado de *Diretas-Já*, tendo o amarelo como cor símbolo e o apoio da grande maioria da população, a emenda que restabelecia o sufrágio universal para presidente não obteve o número necessário de votos no Congresso Nacional⁹. Foi neste *ambiente* que emergiu a corrente que se autodenominou *Geografia Crítica*.

O processo de renovação da Geografia brasileira se fez mais visível no Encontro Nacional dos Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1978¹⁰, na cidade de Fortaleza (CE). A partir desta data apareceram, com mais frequência, trabalhos preocupados com o papel social da Geografia; no encontro do Rio de Janeiro (1980), já foram apresentados trabalhos de várias tendências, procurando embasar teoricamente a ciência geográfica. As *novas idéias* não eram tão novas, apesar da aparência de novidade que continham na época, dadas as condições anteriores existentes no país e na Geografia. Para se contrapor à corrente quantitativa, à *New Geography*, ela se denominou *Geografia Nova* ou *Geografia Crítica*. Cabe aqui lembrar que a preocupação com aspectos sociais já aparecia em meados da década de 1930 em textos de Caio Prado Júnior, nas obras de Josué de Castro e nos livros de Manuel Correia de Andrade¹¹, entre outros.

⁷ Extinção dos dois únicos partidos — ARENA e MDB —, o que forçava a criação de novos partidos. Seis são os novos partidos criados — e legalmente permitidos: PDS (Partido Democrático Social), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PP (Partido Popular), PT (Partido dos Trabalhadores), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e PDT (Partido Democrático Trabalhista. Em 1982, o PP fundiu-se ao PMDB; PCB e PC do B só foram legalizados com a aprovação da Emenda Constitucional no. 25, aprovada em 1985, no governo Sarney.

⁸ Em 1982, pela primeira vez desde 1966, os governadores estaduais foram eleitos pelo voto direto.

⁹ Conhecida como Emenda Dante de Oliveira, ela obteve 298 votos a favor e 65 contra; houve 3 abstenções e 113 ausências. As ausências e os votos contrários foram de deputados do PDS e impediram — por 22 votos — os 2/3 de votos necessários à aprovação. No dia da votação (25/04/84), a capital federal foi *fechada* e as emissoras de rádio e TV proibidas de transmitir a sessão do Congresso.

¹⁰ O ano de 1978 é também o da publicação do importante livro de Milton Santos, intitulado: *Por uma Geografia Nova*.

¹¹ Caio Prado Júnior com artigos publicados na revista paulista *Geografia* em 1935 e com o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, cuja primeira edição é de 1943; Josué de Castro com *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana* (1937), *Geografia da Fome* (1946), *Geopolítica da Fome* (1951) e outros; e Manuel Correia de Andrade com *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), que, segundo o autor, teve “*maior aceitação entre historiadores e sociólogos do que entre os geógrafos mais influentes, que o consideravam não-geográfico, em face de suas preocupações sociais*” (ANDRADE, 1987, p.129)

Em outros países, a Geografia Nova já se fazia presente nos anos sessenta, derivada do esforço

de geógrafos anglo-saxões em negar a New Geography em que não mais acreditavam e o esforço dos franceses em libertar-se da Geografia de influência vidaliana. Ao mesmo tempo, representa o empenho dos geógrafos em compreender as relações entre sociedade e espaço, tal como são na realidade, procurando discutir a questão da transformação social. (PRÉVE 1988, p.110-111)

Aqui no Brasil ela também procurava conhecer melhor a nossa sociedade para que se pudesse transformá-la, e descolonizar — sem xenofobia — a geografia brasileira. Surgiram diversas revistas — algumas de efêmera duração —, e os geógrafos aumentaram seu diálogo com historiadores, sociólogos e economistas. As *grandes inimigas* eram as correntes positivistas da Geografia, agora englobadas no rótulo *Geografia Tradicional*; esta passou a ter um significado pejorativo e a levar toda a culpa pelo desprestígio da Geografia no meio científico, na sociedade e na escola.

A Geografia Nova ou Crítica ou Radical ou Dialética, afirmando possuir como base a dialética marxista — mas sem adotar integralmente o marxismo —, vai colocar como objeto da Geografia a sociedade e a transformação da mesma, como seu objetivo. Não se constituiu num movimento uniforme — seguindo as tendências das *esquerdas* no país — e, de modo geral, valorizou o conhecimento do processo histórico (A História é a Geografia do passado?), o entendimento do momento presente (A Geografia é a História do presente?), projetou um futuro ("*Uma ciência digna desse nome deve preocupar-se com o futuro. Uma ciência do homem deve cuidar do futuro não como um mero exercício acadêmico, mas para dominá-lo*"). — SANTOS 1978a, p.213), o que a levou à formulação de uma práxis, de propostas de atuação com vistas à transformação do espaço social.

Salvo exceções, os principais autores desta corrente evitaram a crença na inexorabilidade do futuro, no determinismo histórico; o porvir era visto como possibilidade, como algo a ser construído. Contudo, isto também não significa que todos os autores eram marxistas; além das diversas tendências marxistas — ortodoxos, stalinistas, neomarxistas e outros —, havia os engajados na educação popular freiriana, os anarquistas, os sociais-democratas, os socialistas cristãos, ... Muitos realizaram o retorno aos clássicos do pensamento político, revitalizando-os; outros, não! O nome Geografia Nova, para se contrapor à Nova Geografia, foi sendo cada vez menos usado; ainda bem, pois é um nome perigoso porque, se ele reflete uma tendência aberta, ela — não se institucionalizando — mudará. O perigo é que, com seu envelhecimento, surja a Novíssima que será substituída pela Super-Nova. O termo Geografia Crítica, usado em substituição à Geografia Dialética, apesar de redundante para quem a concebe como uma ciência de análise dialética do espaço social, é também o reconhecimento de que ela não tem sido crítica.

Durante o governo estadual paulista no período 1983-1987, o projeto de renovação do ensino, promovido pela secretaria estadual de educação, possibilitou maior presença de geógrafos desta corrente na elaboração do plano de ensino¹². Procuraram *adequar* a linguagem pois os conceitos trabalhados poderiam — e sofreram — resistências por parte do corpo docente e principalmente da mídia, normalmente conservadora. Se usassem o nome Geografia Dialética, a aceitação da proposta seria muito mais difícil.

A proposta da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) do Estado de São Paulo representou um avanço na reformulação conceitual da Geografia. No entanto, ocorreram problemas. Em pesquisa realizada com professores de 1o grau por Juleusa Turra, professores, *em número significativo, indagavam sobre o que fazer com os 'aspectos físicos', sempre presentes no temário clássico da Geografia e que, nessa proposta, eram 'relegados', 'abandonados', 'pouco valorizados'*. (1994, p.25)

Representava uma mudança em relação ao ensino existente e por isso sua implantação foi difícil, tanto do ponto de vista material como do preparo teórico dos docentes. Existiam carências na proposta, notadamente da *realidade física*, possivelmente em virtude de sua presença marcante e compartimentada ser a característica da Geografia Tradicional. A mesma autora lamenta a ausência de utopias — não somente nesta proposta — afirmando que “*Quando deixamos de construir Utopias é como se convidássemos esses alunos para viver em um mundo não só destruído mas no qual eles deixam de ter qualquer possibilidade de ação.*” (TURRA, 1994, p.29) E observou ainda que “*na proposta da CENP e em alguns livros didáticos que compartilham de suas concepções, a única ação possível é aquela decorrente de uma revolução, ancorada em uma força social*”.

A carência de análises onde o componente *aspecto físico* estivesse presente resultava possivelmente, a nosso ver, da falta de atenção de que é no solo erodido, na vegetação devastada, na cidade poluída, que vemos o resultado da interação homem-natureza. Negligenciar o estudo/pesquisa/aula sobre isto, como fizeram alguns dos integrantes da Geografia Crítica, era uma demonstração do *imbroglio* epistemológico em que se encontravam. A ausência dessas análises também ocorreu com a Geografia Tradicional Quantitativa, demonstrando que ela permanecia escondida no interior das estruturas rochosas, não vendo o que se passava no solo, no local da ação, provando a falácia de sua definição de estudo da interação meio-homem.

A Geografia Crítica procurou superar a dicotomia tradicional da Geografia, a sua dúvida em ser uma ciência social ou uma ciência natural. Optou claramente por ser uma ciência social e, no início, o extremismo da opção a fez desprezar o conhecimento da

¹² Neste período, tentou-se uma ampla reformulação do conteúdo ministrado nas escolas públicas de 1o e 2o graus. A busca de novas diretrizes para a Geografia envolveu cursos de reciclagem, palestras e a elaboração de uma *Proposta Curricular para o Ensino de Geografia* no 1o e 2o graus, realizada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP). Assessorando ou participando destas atividades, tivemos, entre outros, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ana Fani A. Carlos, Carlos Walter P. Gonçalves, José William Vesentini, Odete C. de Lima Seabra e Wanderlei Messias da Costa.

realidade física, como se este saber não fosse fundamental para a compreensão do espaço social¹³. Se é importante entender as relações dos homens entre si para a compreensão de suas relações com o meio natural, o desconhecimento de características essenciais da realidade física pode inviabilizar a compreensão desta relação. A divisão em Física e Humana, em Geral e Regional, esfacela a Geografia e a torna indefinida. Incluir a natureza transformada e estabelecer características dimensionais ao estudo, não é a volta aos *conceitos tradicionais*. Se o trabalho humano modifica a natureza, eles são interligados; estabelecer dimensões sem olvidar que o local ou o regional integra, caracteriza e é modificado pelo geral, não descaracteriza a Geografia pois a globalidade, formada pelas partes e por elas caracterizada, estará sempre presente. Preocupar-se com as relações sociais e suas contradições, com os confrontos de dominação, é essencial, pois sem isso não se faz da Geografia uma ciência social; entretanto, permanecer somente nestes aspectos é não dar o caráter diferenciador da Geografia em relação às outras ciências sociais. Como todas as ciências, ela deve se vincular à vida humana, à busca de uma sociedade mais justa; contudo, isso deve ser realizado sem provocar a sua despersonalização. O seu papel se mistura aos papéis das outras ciências mas não é igual.

A opção em ser uma ciência social traz mais dificuldades e exige um trabalho incessante; já seria complicado se o objeto de estudo fosse o indivíduo. Sendo a sociedade, o trabalho se torna mais difícil e não pode ser realizado sem uma teoria “*que apresente um sistema conceitual teórico no qual se pensa o objeto*” e sem um método “*que relacione a teoria com seu objeto*” (ALMENDRA, 1993, p.92) Mas o método pode ser de interpretação e de pesquisa, segundo a distinção feita por Moraes e Costa (1984, p.27). Método de interpretação diz respeito à concepção de mundo do pesquisador; sua visão da realidade, da ciência, do movimento, etc. (...) refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista.

Já o “*método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo.*” Enquanto o primeiro é mais ligado aos fundamentos filosóficos da pesquisa, o outro se relaciona com os problemas operacionais. Pode-se utilizar de métodos quantitativos visando o entendimento qualitativo da realidade social. Muitos trabalhos *quantitativos* realizados pela Nova Geografia foram posteriormente retomados, numa outra ótica, pela Geografia Crítica. Uma mesma metodologia de pesquisa, orientada por diferentes métodos de interpretação, leva a resultados diversos. Mesmo assim, nas ciências sociais, é possível chegar a uma “*objetividade*” de validade universal; porém, como seu objeto é a sociedade, essa validade é sempre temporária pois seu

¹³ O caráter dicotômico foi o que acabou inviabilizando o projeto de uma *ciência unitária*, ao consagrar o corte entre Geografia Física e Geografia Humana. Sobre isso, ver o texto *A Geografia*, de Yves Lacoste (1974), notadamente p. 225-227.

objeto é sujeito de seu devir, que pode constantemente criar uma nova (des)ordem, mais complexa que a precedente, mas também em aberto.

A proposta da Geografia Crítica não era necessariamente a proposta de uma Geografia Marxista, apesar de a maioria afirmar que possuía como método de interpretação o instrumental marxista de análise, o método dialético. A busca de uma Geografia implícita na obra marxiana — na tentativa de obter apoio fácil, de *partir do fim, de receber pronto* — será frustrada. Karl Marx discutiu temas que a Geografia também procura analisar mas sem se preocupar em produzir *uma Geografia*; e, ao que parece, nunca esteve muito preocupado com sua existência¹⁴. Tanto melhor! Assim, ela deve ser construída e para a realidade na qual está inserida — a brasileira —, tomando emprestados a orientação metodológica, o instrumental teórico.

À PROCURA DE UMA GEOGRAFIA MARXISTA

O contrário em tensão é convergente; da divergência dos contrários, a mais bela harmonia. (Heráclito, fragmento oito)

As crises sociais provocadas pelo capitalismo dependente aqui implantado — expulsão do campo, sub-habitação, desemprego, subnutrição, deficiente transporte coletivo, poluição, ... — foram estímulos à opção por uma ciência mais pragmática, mais útil para a transformação da sociedade. Mas não se podia tentar agir visando a mudança do quadro social tendo como base a existência de duas Geografias — Física e Humana — e um conteúdo caracterizado pela síntese positivista. No exterior, a aproximação com especialistas, que não eram geógrafos mas que possuíam preocupações, estudos, a respeito do espaço, foi de grande valia¹⁵. Isso demonstra que, para mudar, é importante sair do casulo e que, quanto menor for a interdisciplinaridade, menos renovação e mais estagnação. E uma ciência que deseja se transformar precisa buscar novos fundamentos, o que requer a reconstituição de seu processo histórico, a retomada de seu processo epistemológico. Não somente dela, como ciência, mas também da metodologia que pretende adotar e de seu embasamento filosófico.

A elaboração de uma teoria geográfica com base na metodologia marxista era, nos estertores da década de setenta, uma espécie de novidade aqui mas não na Geogra-

¹⁴ Isto apesar de ser quase certo “*que Marx seguiu em 1838 o curso de K. Ritter sobre geografia geral na Universidade de Berlim,...*” (QUAINI, 1979, p.34) Massimo Quaini discorda de Lacoste que afirmou que Marx se mostrava “*indiferente aos problemas do Espaço*” (1974, p.271) e procura demonstrar que “*no materialismo histórico a dimensão espacial não é de modo algum sacrificada pela dimensão temporal;...*” (QUAINI, 1979, p.35).

¹⁵ Destaques para as contribuições de Henri Lefèbvre, Manuel Castells e Alain Lipietz.

fia; geógrafos, notadamente europeus, já procuravam refletir sobre as questões geográficas à luz da dialética marxista¹⁶ mas, em virtude de divergências internas, não conseguiram formar um grupo coeso. Não podemos nos esquecer ainda de que o marxismo, notadamente na segunda metade do século XX, apresentou uma pluralidade de orientações, divergentes, inclusive, quanto às preocupações básicas. Entretanto, a Geografia que predominantemente havia sido um instrumental para o poder — inventariando recursos, medindo territórios, disseminando preconceitos —, procurava ter uma utilidade prática, analisando o espaço para transformá-lo e dando um novo caráter a sua *práxis*, acreditando que “*se a produção científica não visar uma ‘práxis’ social transformadora, visará o fim oposto.*” (MOREIRA, 1980, p.268)

Ou, por outras palavras, não basta compreender; é preciso participar da transformação da sociedade rumo a uma outra sociedade, no mínimo mais justa, e tal participação só pode ser feita se entendermos corretamente o momento presente e as forças que movem a sociedade. (OLIVEIRA, 1980, p.265)

Houve uma busca da utilidade, não como a Nova Geografia, que era para o Estado mas, sim, para a maioria da sociedade.

Como vimos, a identidade dessa corrente ocorria pela afirmação do uso do método dialético mas com divergências a respeito do conteúdo, da função e do caminhar, no campo político. Havia desde aqueles que procuravam descobrir uma Geografia nas obras de Marx como os que eram marxistas-leninistas ortodoxos, stalinistas, neomarxistas, anarquistas e outros. No início, alguns tentaram adaptar a Geografia Tradicional colorindo-a de vermelho; entretanto, era um novo vestido para o mesmo corpo. Outros, influenciados pela Academia de Ciências da URSS, buscavam conciliar a Tradicional com o cientificismo stalinista, mais positivista que dialético.

Como autor, Stalin¹⁷ parece não ter contribuído com subsídios originais ao pensamento socialista. O próprio país que governava, em nome do proletariado, passou a possuir *um clima intelectual opressivo* entre os próprios comunistas, o que “*colaborou decisivamente para o empobrecimento do legado teórico de Marx — a falta de*

¹⁶ Como, por exemplo, Jean Tricart, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser, Pierre George, Yves Lacoste e, já nada década de 70, Willian Bunge, David Harvey, Richard Peet e outros. Destacou-se, também, o brasileiro Milton Santos que, na época, residia fora do país.

¹⁷ O georgiano Joseph Vissarionovich Djughashvili (21/12/1879 - 05/03/1953) adotou, nas atividades revolucionárias, o pseudônimo de Koba, depois substituído por Stalin. Merecem citação os seus textos “*Socialismo ou Anarquismo?*”, “*O Marxismo e o Problema Nacional*”, “*As Bases do Leninismo*” e “*Os Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*”. Eficiente organizador, tornou-se em abril de 1922 o secretário-geral do PCUS; com a morte de Lênin (janeiro de 1924), o grupo de Stalin passou a concentrar o poder na URSS e a neutralizar seus concorrentes. A heróica resistência do povo soviético à agressão nazista e sua contribuição fundamental para a derrota do Eixo deram a Stalin um *status* de líder mundial. No período em que seu grupo dominou, a atrasada Rússia se transformou na URSS, na segunda potência mundial, mas com um grande custo de vidas humanas, ausência de democracia e hegemonia dos quadros burocrático-administrativos.

liberdade esterilizou a pesquisa e a investigação” (PAULO NETTO, 1981, p.16). Contudo, e apesar dos métodos empregados, no período stalinista a URSS realizou uma real revolução industrial. A importância que a URSS assumiu durante o período stalinista fez com que muitos transformassem o exemplo soviético em ‘modelo’ a ser imitado e o PCUS no partido-guia, fazendo com que diversos partidos tomassem posições inadequadas às particularidades de seus países. Apesar de alguns aspectos terem ocorrido em função de características próprias do país e de sua história¹⁸, o período stalinista se caracterizou por ser antimarxista em diversos aspectos, notadamente no estilo político antidemocrático, na ausência da plena participação dos trabalhadores nas decisões políticas. E a chamada desestalinização, ocorrida após a sua morte, não significou também a instauração da democracia, segundo os princípios marxistas. Esta sumária caracterização é necessária visto que, nos livros didáticos brasileiros, a URSS era sempre tratada como o exemplo de socialismo, como sendo totalmente marxista, sem uma análise das suas especificidades e do próprio marxismo. A experiência soviética era colocada como um modelo acabado de socialismo; nem, ao menos, como **uma** das possíveis formas de construção de uma sociedade socialista.

A hegemonia dos quadros burocrático-administrativos acabou levando a uma adulteração do pensamento marxista que “*foi transformado num conjunto de dogmas simplificados*” (Idem, p.63). O que estava em desacordo com as normas partidárias do momento era classificado de burguês ou decadente. Adulterações históricas ocorriam na Grande Enciclopédia Soviética; logo a História, tão prezada por Marx. Danoso também o dogma de um único padrão revolucionário — o soviético, naturalmente. Ora, as revoluções não se repetem; aceitar modelos únicos para períodos históricos diferentes é crer no determinismo e achar que, mesmo na fase socialista, as condições locais — históricas, econômicas, culturais, políticas — não interferem. Se a sociedade na fase socialista ainda engloba aspectos do capitalismo, característico de seu período anterior, ela será diferente em cada país pois o capitalismo também não deixa idênticas características no espaço geográfico dos países.

Um outro dano foi o fato de se atribuir um caráter de classe e de partido à ciência. Falavam na ciência proletária; contra a genética burguesa de Mendel¹⁹ apareceu a *genética proletária* de Lyssenko²⁰. Essa tentativa de ideologizar as ciências da natureza é o

¹⁸ Tradição czarista, um país agrário, sem um proletariado numeroso — ou seja, onde eram frágeis os pressupostos visualizados por Marx —, o bloqueio dos outros países, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria.

¹⁹ Johann (Gregor, como religioso) Mendel (1822-1884), monge, professor e botânico austríaco. Suas experiências, num mosteiro, sobre hereditariedade nos vegetais, fizeram com que fosse considerado o fundador da genética.

²⁰ Trofim Denissovitch Lyssenko (1898-1976), biólogo soviético, criador do método agrícola chamado de jarovização ou vernalização, que consistia no tratamento — pelo frio ou pelo calor — para alterar o desenvolvimento de um vegetal, inclusive a sazonalidade de sua germinação (por exemplo: transformar um trigo de outono em trigo de primavera) e que pretendia a transmissão às gerações subseqüentes de características adquiridas. “*Seus métodos, pretensões e teorias contrariavam a ciência que então se desenvolvia da genética das plantas.*” (BOTTOMORE, 1988, p.226). Antes, ciência oficial; hoje, nem como base teórica para a genética e a agricultura é considerada.

que se poderia designar como um positivismo ao inverso: enquanto o positivismo quer 'naturalizar' as ciências sociais e políticas, o estalinismo pretende 'politizar' as ciências da natureza; os dois têm em comum a incompreensão da especificidade das ciências humanas e de sua distinção metodológica com relação às ciências naturais. (LÖWY, 1988, p.161)

Como no positivismo, desapareceu a distinção metodológica entre as ciências naturais e sociais e fez-se uma confusão entre o problema da orientação da pesquisa, de sua submissão, nos países capitalistas, aos imperativos do lucro e do setor bélico e a questão do próprio conteúdo das ciências naturais. Uma coisa é o direcionamento da ciência natural, outra é a ideologização de seu conteúdo e a submissão de seu resultado à aprovação da autoridade estatal. Não é sem razão que a Geografia escolar soviética era essencialmente uma ciência natural.

Assim como a experiência russa não é o único modelo de transição socialista, o stalinismo não pode ser considerado sinônimo de socialismo marxista. Os próprios métodos stalinistas são injustificáveis na perspectiva de uma ética marxista. A identificação, no Ocidente, entre Rússia e socialismo, stalinismo e marxismo, — e ao mesmo tempo esconder as realizações econômicas soviéticas²¹ — fez parte da estratégia que visava obscurecer os ideais do pensamento socialista.

Outra questão que afetou a Geografia Crítica brasileira no seu início foi a frustração da não descoberta de uma Geografia em Marx. Para Yves Lacoste, os problemas espaciais foram grandemente negligenciados nas obras de Marx; mesmo suas reflexões sobre a cidade e o campo descuidavam de boa parte dos problemas geográficos.

O silêncio de Marx face à geografia é tanto mais difícil de compreender quanto na sua época os problemas espaciais se encontravam já no primeiro plano das preocupações políticas dos militares prussianos e dos industriais do Rhur, a geografia, enquanto representação racional do mundo, havia já florescido na Universidade de Berlim,... (LACOSTE, 1977, p.81)

A crença nesse silêncio²² de Marx levou alguns geógrafos, interpretando de maneira incorreta os textos marxianos, sobretudo o livro *A Ideologia Alemã*, a considerar a História como a única e verdadeira ciência social, e a Geografia uma mera ideologia, difícil de ser considerada como uma ciência social. Essa concepção significaria o extermínio da Geografia e das outras ciências sociais. O que Marx demonstra é que “*não*

²¹ E também tentando ocultar que a industrialização capitalista foi conseguida através da opressão, da miséria, de milhões de trabalhadores ingleses, que a expansão industrial dos EUA resultou no extermínio de centenas de milhares de índios, que muitos *milagres econômicos* foram às custas da deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

²² A nosso ver, uma interpretação um pouco exagerada. Parece mesmo que Marx não fez da questão espacial uma preocupação fundamental e elaborou algumas análises omitindo os aspectos espaciais onde os mesmos eram importantes. No entanto, chegou a discutir temas que hoje compõem o temário da Geografia.

existe nenhum conhecimento efetivo do real que não seja ‘histórico’” (ALMENDRA, 1993, p.56), que um fenômeno só pode ser entendido numa perspectiva histórica.

Alguns geógrafos caíram no economicismo, aceitando que, a começar pela consciência do indivíduo, passando pelos fatos históricos, e indo até as estruturas ideológicas, tudo é determinado pelas relações de produção que compõem a estrutura econômica de uma determinada sociedade. A estrutura econômica acabou sendo tomada como o determinante exclusivo. Esta atitude impede que se veja a realidade como uma totalidade contraditória, o que é essencial na análise dialética. O caráter relevante das relações econômicas não significa que elas sejam o único fator e que possuam o mesmo peso relativo em todos os momentos e fases da história, embora seu papel tenha sido sempre essencial. Engels disse:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a História é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, nunca mais que isto. Se alguém tergiversá-lo, dizendo que o fator econômico é o único determinante, converterá aquela em frase vazia, abstrata, absurda.” (Nadai 1984, 145) Isso porque o “desenvolvimento político, filosófico, religioso, literário, artístico, etc. apóia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos eles, também, repercutem uns sobre os outros e sobre sua base econômica. Não é que a situação econômica seja a causa, o único ativo e tudo o mais, efeitos puramente passivos. Há um jogo de ações e reações, com base na necessidade econômica, que se impõe em última instância.

Portanto, a estrutura econômica era para Marx e Engels uma condicionante fundamental, o que não significava ser uma determinante exclusiva. E mesmo que tivesse esse último significado, o dogmatismo empedernido, fruto daquele que pára no tempo e ignora que a História é um processo e feita por homens, nos levaria a deixar de incorporar “aquilo que é mais rico em Marx, qual seja o seu método revolucionário, dialético e que exige um contínuo posicionamento face às transformações da realidade, sob pena de prender-se ao passado sem apontar para o futuro.” (MORAES; COSTA, 1984, p.67)

O capitalismo mudou neste último século, ocorrendo um inegável progresso tecnológico e um aumento da complexidade das sociedades, não mais tão simples como uma oposição entre proletariado e burguesia. O capital se fragmentou e o setor financeiro é hoje o setor dominante. A classe operária não é a mesma e, em alguns países, adotou a ideologia dominante pois hoje a escolaridade se universalizou em algumas regiões e os meios de comunicação, dominados pelo setor controlador do capital, têm imposto um padrão homogêneo de ver a realidade. O proletariado nos países pós-industriais está declinando em quantidade graças à robótica, à informática e à reestruturação do parque produtivo. O setor econômico terciário é o que mais cresce e

a presença da classe média diluiu o antagonismo entre as *duas velhas classes sociais*, sem contar que grande parte dela, embora assalariada, assumiu os ideais de consumo da burguesia. As grandes empresas estão superando as fronteiras nacionais ao mesmo tempo que nacionalismos explodem pelos vários continentes do mundo; o velho lema um *Estado por nação* está de volta. Dogmatizar um autor é cristalizá-lo, é colaborar para que sua importância seja diminuída; e descontextualizar uma obra ou um fato leva-nos a analisar uma *realidade* como se fosse outra.

Aliás, se desejamos transformar uma sociedade, devemos começar a analisá-la a partir das idéias que a sociedade possui sobre si mesma. Não sendo assim, analisamos uma sociedade que não é a que pensamos que seja e as propostas se inviabilizam porque os agentes da mudança não pensam o que achamos que pensam. Precisamos nos perguntar:

*O que será que será
Que andam suspirando pelas alcovas
Que andam sussurrando em versos e trovas
Que andam combinando no breu das tocas
Que anda nas cabeças, anda nas bocas
Que andam acendendo velas nos becos
Que estão falando alto pelos botecos
Que gritam nos mercados, que com certeza
Está na natureza, será que será (...).*²³

O que ronda pelas cabeças, o tipo de sociedade desejada, o conceito sobre propriedade, educação e outros, podem ser reais ou não, podem ser crença ou fruto de manipulação. O jargão *o povo é revolucionário* já levou a fracassos porque a maioria da população não desejava aquela revolução. Isto não significa que devemos aceitar uma visão imposta pela manipulação mas, sim, que a mudança começa a partir do maior interessado. Se o excluído não se vê no direito de ser incluído e/ou aceita formas messiânicas de mudança, o trabalho em prol da sociedade almejada possui tarefas anteriores ao início da caminhada. Nem sempre o sujeito — por ser um objeto do sistema — vê sua situação “*objetiva*” na sociedade. Pois a estrutura de poder, de relação de produção, de *organização material*, é que estrutura o Estado; este não organiza a sociedade mas procura mantê-la do modo que os controladores do Estado desejam. Aflorar as contradições objetivas existentes na sociedade — inclusive quanto ao papel do Estado — é estimular o surgimento de soluções que terão chances de serem implementadas, se existirem reais condições materiais, culturais e políticas.

²³ Letra da música *O que será (À flor da terra)*, de Chico Buarque de Hollanda — LP *Meus Caros Amigos* (Phillips-1976)

Um trabalho interessante, que abriu perspectivas para o debate, foi o de Márcia Spyer Resende²⁴, propondo uma nova alternativa de ensino para os alunos das camadas populares que possuísse como ponto de partida o saber que este aluno traz consigo, a sua história de vida e a sua visão espacial. A autora acredita que todo aluno

chega à escola com uma determinada 'consciência espacial' que deveríamos (...) incorporar à nossa estratégia pedagógica. Contudo, o lugar social do sujeito (aluno), o seu papel nas relações sociais de produção, pode alterar decisivamente a natureza mesma deste saber e, logo, a qualidade de seu aproveitamento escolar. (RESENDE, 1986, p.13)

O saber experiencial do aluno é o pressuposto pedagógico para a eficiência da aprendizagem, pois para estas pessoas a *consciência espacial* não vem, necessariamente, mediada pelos livros ou pelos meios de comunicação de massa mas de sua própria prática de trabalho. “*Subordinada à lógica do trabalho, esta percepção do espaço está também visceralmente ligada à experiência vivida — a um espaço que, de certa forma, a experiência vivida seleciona e ordena.*” (RESENDE, 1986, p.132)

Trabalhar na sala de aula — até porque a escola formal interessa às camadas populares, sobretudo em razão dos “*requisitos de prestígio e possível ascensão social que ela distribui.*” (RESENDE, 1986, p.166) — a realidade vivida pelos alunos é uma forma de evitar a fragmentação da totalidade vivenciada, tão comum na prática escolar, que se caracteriza por negligenciar a divisão social do trabalho e do espaço. O saber do próprio aluno pode facilitar o acesso, por parte dele, ao conhecimento científico.

Denominando o saber geográfico do aluno de *espaço real*, a autora coloca a necessidade de se estabelecer qual é o *espaço geográfico* que trabalharemos na sala de aula, defendendo que deve ser o “*espaço social, produzido e reproduzido pelos homens na dinâmica de uma tensão histórica permanentemente,...*” (RESENDE, 1986, p.165). Dentro do sistema formal de instrução, o professor deve assumir o papel de *agente de contradição*, sem perder de vista a reivindicação de uma outra escola e de uma sociedade nova. Importante é o fato de Resende não partir, como fazem alguns autores, da crença ingênua de que a educação seja capaz de provocar, sozinha, grandes mudanças sociais. Pois, integrada ao sistema — ou seja, a escola nunca está só — é peça fundamental da manutenção das superestruturas existentes, razão pela qual é sempre criticada pelo regime quando se propõe a caminhar em direção contrária ao *status quo*. Em tese, deveria ter como compromisso o ideal de mudança, nem que seja para provocar alterações que garantam a estrutura que defende e que permitam a adequação às alterações ocorridas na própria estrutura que ajuda a manter.

²⁴ *A Geografia do Aluno Trabalhador*: caminhos para uma prática de ensino. São Paulo: Loyola, 1986. O texto é o resultado de sua dissertação de Mestrado e que teve por base *relatos de vida* de alunos-trabalhadores de Belo Horizonte (MG).

Mesmo se entendemos que educar é dar condições para que o aluno, mais tarde, como cidadão, assuma uma atitude crítica diante da sociedade que integra, isso não significa que terá as posições políticas que desejamos que possua. O compromisso político com a liberdade pressupõe ter em mente que muitos de nossos alunos possuem uma visão diferente da nossa, o que poderia não ocorrer se não tivessem aprendido a pensar. O educador tem — queira ou não — um engajamento político que não pode ser confundido com proselitismo político-partidário. “*Aquele que se aproxima*” (*prosélytos*) de nós graças a um discurso semelhante ao de um *pastor* de praça pública, com a Bíblia na mão, não permanecerá, por falta de conteúdo; e uma outra pregação, mais atraente, o levará para outro aprisco. Para que o discente possua personalidade, opinião própria sobre a sociedade e respeito à posição da maioria, é necessário que ele se torne capaz de se expressar com clareza e entenda como a sociedade se movimenta, como o espaço geográfico é construído. Por isso é que educar o *excluído* deve ser municiá-lo de saber e prepará-lo, não para o trabalho, mas para o mundo do trabalho.

Marxistas, anarquistas, socialistas, ... uni-vos !

... acesso ao saber é acesso à crítica das relações que o consubstanciam. (Orlandina Damian Préve)

O que chamamos de Geografia Crítica brasileira é semelhante a uma frente partidária de esquerda. Apesar dos objetivos semelhantes, as propostas são diferenciadas. Unidos estão na oposição à injusta realidade social e espacial existente, e na crença do conteúdo político do discurso científico e de que o conhecimento geográfico pode ser instrumento de combate. “*Assim, há uma unidade ética, substantivada numa diversidade epistemológica*” (MORAES, 1981, p.127). Essa postura de indignação frente às injustiças sociais já ocorria em muitas salas de aula, num trabalho de diversos professores anônimos; não existia nos livros didáticos. Entre as resistências neste campo durante a década de 70 podemos citar o autor Melhem Adas (1938-) que publicou, em 1974, ano do início do governo Ernesto Geisel, um livro didático intitulado Estudos de Geografia, com o propósito de mostrar a “*Geografia como uma Ciência Humana*”, e de escrever um texto onde havia a “*preocupação de orientação para o conjunto de fenômenos sociais que envolvem o homem no dia-a-dia.*” Dividiu o livro em temas²⁵ e

²⁵ São cinco capítulos: I - *Olhando o mapa-mundi — os desequilíbrios espaciais*, onde discute o subdesenvolvimento; II - *A População*, no qual procura debater a explosão demográfica e sua relação com as precárias condições de vida; III - *O Mundo Tropical*, destacando a formação da idéia negativa a respeito dos países tropicais; IV - *Os Recursos Naturais: sua dissipação e o conservacionismo*, procurando relacionar — ainda que superficialmente — com o modelo econômico existente; e V - *Recursos Humanos e Desenvolvimento*, voltado para o “*mais valioso dos capitais*” que é o investimento nos seres humanos. A forma de exposição do livro — que fugia dos esquemas tradicionais — e os temas abordados fizeram com que sua utilização nas salas de aula não fosse expressiva.

acrescentou no final de cada capítulo textos de diversos autores, com a finalidade de incentivar *discussões*, algo fundamental e perigoso na época em questão. Em 1976, publicou o livro *Estudos de Geografia do Brasil*²⁶, também para o 2o grau, onde, já no início, procurou descrever a ampliação do *horizonte geográfico* dos europeus a partir do século XVI, afirmando que “*as terras brasileiras entraram para a história no início do século XVI*” (1976, p.15), esquecendo-se de deixar bem claro que é para a história europeia, embora realçasse que essa entrada era como dependente. Discutia fronteiras e perspectivas de relação com a África, avançava significativamente nos textos relativos à população brasileira e ao caráter do nosso espaço agrário, mas não conseguia dar um tratamento novo, integrado, nos capítulos referentes aos aspectos naturais. Apesar das inúmeras falhas²⁷ — o que era compreensível em virtude de um certo pioneirismo —, foi uma tentativa importante na esfera do livro didático brasileiro.

Em 1977, publicou um pequeno artigo com o propósito de tentar demonstrar “*que existe estreita relação entre o aparecimento da Geografia Quantitativa (...) e sua exportação para outros países, com o surgimento da tecnoburocracia, concebida aqui como o governo dos técnicos.*” (1977, p.64)

Criticava na Geografia Teorética o seu racionalismo tecnocrático que a fez ignorar os valores humanos e colocava como razão da crise da Geografia e de sua fácil manipulação, “*suas fraquezas metodológicas ou indecisões em torno de seus fundamentos epistemológicos.*” (? , p.66)

Em 1982, publicou, também para o 2º Grau²⁸, *Geografia da América*, contendo grandes avanços relativos a livros de Geografia sobre o mesmo tema, exceto quanto às *bases físicas* americanas, que continuou tratando de modo tradicional,

²⁶ Este livro foi substituído pelo *Panorama Geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos* (1a edição em 1980), cujo subtítulo já demonstrava um retorno ao esquema tradicional, das três geografias: física, humana e econômica. Corrigiu diversos erros do livro anterior (1976) mas não conseguiu melhorar o tratamento aos *aspectos físicos*, que se tornou mais conservador, inclusive pela retirada das análises históricas existentes no início do livro anterior.

²⁷ Alguns exemplos significativos: ausência da escala dos mapas, repetição de frases ou parágrafos (p. 107, 108, 171, 237) e até de quadros ilustrativos (como a comparação entre os tipos de transportes na p. 35 e p.312-313), a omissão do nome de Paul Singer na *Tese do Grande Mercado de Consumo* (p. 127-129), a afirmação de que a política demográfica brasileira sempre foi natalista, inclusive pela existência do salário-família e do auxílio à maternidade (p. 129) e de que “*a quantidade da população rural e urbana pode ser utilizada como um critério na caracterização de desenvolvimento ou subdesenvolvimento*” (p. 148). Afirmava ainda que a população brasileira tende ao branqueamento (p. 169, 182 e 183), que Rui Barbosa mandou queimar documentos sobre a escravidão “*provavelmente para tentar apagar a mancha que pesava sobre o Brasil*” (p. 175), usava o termo escravo como sinônimo de escravo negro (p. 193) e citava a frase de Roger Bastide de que “*talvez esta democracia racial decorra do caráter do português, que se misturou com todas as raças do mundo*” (p. 182) e não a contestava. Escreveu também que a “*Inglaterra, no século XVIII, pôde fazer a sua Revolução Industrial, em virtude de possuir jazidas de carvão mineral em seu território* (p. 262) e que “*a industrialização de um país depende desse produto*”(?).

²⁸ Em 1978, publicou livros de Estudos Sociais para quinta e sexta séries (em co-autoria com José Dantas) e, em 1979, livros de Geografia Geral para sétima e oitava séries; em 1984, os de quinta e sexta séries passam a ser também de Geografia.

compartimentando os próprios aspectos físicos entre si e não os relacionando com os aspectos sociais. O próprio subtítulo já anunciava: aspectos da Geografia Física e Social²⁹. O avanço significativo ocorreu com a inserção de uma história da América, incluindo os povos pré-colombianos; o capítulo sobre o tema quase que se transformou, na época, no melhor texto didático a respeito da história da América. O livro, às vezes em tom apaixonado, destacava o “*grande genocídio e a escravização a que foram submetidos os povos pré-colombianos*”, relatava o imperialismo — e as doutrinas de sustentação — do país do tio Sam³⁰, analisava as causas do nosso subdesenvolvimento — e o peso de nossa herança histórica —, a nossa dependência cultural, temas que se constituíam numa novidade em livros didáticos de Geografia.

Entretanto, a possibilidade de se falar numa Geografia Crítica, numa Geografia brasileira, deveu-se a trabalhos anteriores à década de 1980, a maioria analisando de *modo crítico* casos específicos, e poucos com trabalhos voltados para preocupações metodológicas. Entre os diversos geógrafos existentes, merece destaque o trabalho do pernambucano Manuel Correia de Andrade (1922 —), graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e licenciado em Geografia e História em 1947 pela Universidade Católica de Pernambuco³¹. Já nas décadas de 50 e 60, apresentava preocupações sociais em seus textos, o que diferia do padrão vigente. Seu primeiro livro com grande repercussão foi *A terra e o homem no nordeste*, publicado em 1963 e, segundo o autor (1977, p.12; 1987, p.129), teve maior aceitação — e foi mais debatido — entre os historiadores, sociólogos e economistas do que entre os geógrafos de renome que o consideravam, em virtude de suas *preocupações sociais*, como não-geográfico; neste livro, discutia o modo de produção dominante na zona rural, as formas de relações de trabalho e isso num momento em que a reforma agrária, dada a atuação das Ligas Camponesas³², era um assunto de destaque na região.

²⁹ Continuava demonstrando uma dificuldade que não era somente dele: “*o que fazer com os aspectos naturais?*”. Outra dificuldade era *selecionar* o que, da história americana, deveria ser estudado pela Geografia. A maioria das ilustrações não possuía a fonte, usava mapas com base na projeção de Mercator, com todas as suas distorções quanto à área (p. 3, 15, 269) e em todos os mapas — e eram mais de quarenta — a escala não é indicada. Neste livro cita que aquilo que denominava de Tese do Grande Mercado de Consumo é de Paul Singer (p. 208). Positiva também foi a análise de aspectos das reformas agrárias na América Latina, com a inclusão da *proibida* Cuba (p.292)

³⁰ *Uncle Sam*, expressão que se aplica ao governo dos EUA; foi formada a partir das iniciais *U. S. Am* (United States of America)

³¹ Concluiu curso de Estudo Técnico do Meio Natural na Universidade de Paris (1964-65), doutorou-se em Economia na Universidade Federal de Pernambuco (1976), coordenou cursos de Mestrado em Economia e Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, foi professor visitante no curso de pós-graduação em Geografia da USP (1986-87) e é diretor do Centro de Documentação e Estudos Históricos Brasileiros da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife (PE). Sua tese de concurso para a cátedra de Geografia Econômica na Faculdade de Ciências Econômicas de Recife (PE) foi *A pecuária no agreste pernambucano* (1961). Algumas obras: *Espaço, polarização e desenvolvimento, Geografia econômica do nordeste, Abolição e reforma agrária, Nordeste: alternativas da agricultura*, etc. Foi presidente da AGB de 1961 a 1962.

³² As Ligas Camponesas foram responsáveis pela dinamização, até 1964, dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais, notadamente no Nordeste. Seu berço nordestino foi Pernambuco e tiveram no Engenho Galiléia (na cidade de Vitória de Santo Antão) seu marco inicial, a primeira Liga, em 1955. Posteriormente, a liderança passou a ser exercida pelo advogado Francisco Julião, na luta dos *cassacos* (os trabalhadores do engenho) contra o *cambão* (dia gratuito de trabalho), o preço alto do *barracão*, a extorsão ao *foreiro* e pela Reforma Agrária.

Em artigo publicado em 1977³³, criticava a Geografia Quantitativa, inclusive sua postura de renegar o passado e de se achar auto-suficiente, sua subserviência ao capital internacional, apesar de, segundo ele, ter prestado um grande serviço pois “*provocou a intensificação dos estudos geográficos e chamou os nossos geógrafos a uma reflexão maior sobre a teoria geográfica.*” (1977, p.16). Dizia ainda que “*Talvez fosse interessante analisar os fatos geográficos e econômico-sociais dentro de uma lógica dialética, como o faz a escola hegeliana.*” (? , p.15) E afirmava que já era o momento de escrever a história do pensamento geográfico brasileiro e defendia, sem desprezar a contribuição de pensadores de outros países, a elaboração de uma ciência geográfica brasileira.

Por ter realizado uma obra mais profunda do ponto de vista de uma teoria para a Geografia, merece destaque o baiano Milton Almeida dos Santos. Nasceu, em 1926, na Chapada Diamantina, na pequena Brota de Macaúbas (BA), de pais professores primários e que foram responsáveis por sua alfabetização³⁴. Em 1935, foi enviado para Salvador para cursar o ginásio e, aos 15 anos, por gostar, ministrava aulas particulares de Geografia. Mas, por encaminhamento dos pais, entrou para o curso superior de Direito na Universidade Federal da Bahia. Formado, chegou a advogar na portuária Ilhéus, na zona cacaueteira baiana onde, enquanto procurava se especializar em direito comercial marítimo, começou — após concurso — a lecionar Geografia na rede pública. De volta à capital estadual, passou a exercer a docência em cursos superiores e a escrever no jornal *A Tarde*.

Em meados de 50, o advogado apaixonado pela Geografia foi para a França onde, na Universidade de Estrasburgo, doutorou-se em Geografia. De volta ao Brasil e já como professor catedrático na Universidade da Bahia, fundou o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, que recebeu “*grande influência de Tricart*” (ANDRADE, 1987, p.100). Foi também diretor da Imprensa Oficial e secretário de Planejamento da Bahia, chegou a representar no seu estado — como “*uma espécie de membro da Casa Civil*”, segundo ele — o governo Jânio Quadros e foi subchefe da Casa Civil do governo João Goulart. Com o golpe de 1964, sem nunca ter sido acusado formalmente, permaneceu cem dias preso em Salvador. Solto da prisão, deixou voluntariamente o país e passou a ter, no exterior, uma brilhante carreira.

Foi nomeado professor da Universidade de Bordeaux (França), ensinou na Sorbonne (Paris), realizou pesquisas — de 1971 a 72 — no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e também lecionou na Universidade de Columbia (New York), nas de Toronto (Canadá), Politécnica de Lima (Peru), Dar-es-Salaam (Tanzânia) e Cen-

³³ O mesmo artigo foi publicado in: SANTOS, Milton (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982, p.181-201.

³⁴ Parte substancial da biografia de Milton Santos teve como fonte os artigos de Miguel Glugoski no *Jornal da USP* (23/10/94, pp 10 e 11) e o de Rolão Arruda, no jornal *O Estado de São Paulo* (24/10/94, A- 16)

tral da Venezuela (em Caracas). Prestou consultoria, a respeito de problemas urbanos, à ONU e aos governos da Argélia e de Guiné-Bissau; e fez parte do conselho editorial das revistas *Antipode* e *Herodote*. De volta à Bahia em 1977 — e apesar do prestígio internacional —, não conseguiu emprego em universidades públicas. Trabalhou, então, como consultor de planejamento no governo estadual paulista e, em 1979, recebeu um convite para trabalhar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1984³⁵, prestou concurso, foi aprovado e passou a ser professor da USP.

Em 1994, recebeu, na França, o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud³⁶, em reconhecimento a décadas dedicadas ao magistério e a pensar Geografia. Dessas atividades resultaram mais de trinta livros, diversos traduzidos em vários idiomas e alguns escritos e publicados primeiramente em outra língua³⁷. Seu livro **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**, onde discute teorias do espaço geográfico urbano e do subdesenvolvimento e que, segundo o autor, é “*um livro de economia escrito por um geógrafo*”, já é considerado um clássico. Mas, para a Geografia brasileira, o livro mais significativo é **Por uma Geografia Nova** (1978a), publicado no mesmo ano do Encontro Anual dos Geógrafos promovido pela AGB em Fortaleza (CE); neste livro realiza uma análise da Geografia como ciência, do espaço como categoria e como realidade concreta, e propõe uma Geografia Crítica. Estes livros refletem os dois temas de maior interesse desse geógrafo, inclusive na seqüência temporal de maior dedicação: o subdesenvolvimento e as cidades do Terceiro Mundo, e a questão da teoria e do método, a questão do espaço geográfico.

Propõe uma geografia marxista mas com base em um marxismo renovado. Considera o marxismo um caminho importante para se entender o mundo atual pois as contradições se tornaram mais complexas e há necessidade de um método que dê conta dessas contradições. Todavia, segundo ele, se Karl Marx fosse vivo, teria que rever a sua teoria, inclusive diminuindo o peso que dava à indústria e valorizando mais o que atualmente constitui um valor básico das sociedades: a produção e circulação de informações. Afirma que “*o momento passado está morto como ‘tempo’, não porém como ‘espaço’;*” (SANTOS, 1986, p.10) mas, para apreender o espaço no presente, temos que

³⁵ Em 1983, um movimento liderado por Aziz Ab’Saber tentou levá-lo para a USP mas a direção da universidade vetou seu nome.

³⁶ Vautrin Lud foi um monge que viveu entre os séculos XV e XVI, responsável — no livro *Cosmographiae Introductio* e em homenagem a Américo Vespucci — pela denominação América ao *novo mundo* dos europeus. O prêmio foi instituído em 1979; a escolha começa com a indicação, por parte de 50 departamentos de Geografia, de pessoas que deram contribuições importantes a esta ciência (não se pode votar em pessoas do próprio país). Posteriormente, uma comissão internacional escolhe o vencedor e, em 1994, por unanimidade, o premiado foi Milton Santos. Antes dele, foram premiados Peter Hagett (RU), Gilbert White (EUA), Torsten Hägerstrand (Suécia) e Peter Gould (EUA).

³⁷ Um dos livros que marcaram sua volta, como autor a ser discutido, nas universidades brasileiras foi *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (1978b), traduzido do original francês *Le Métier du Géographe* (Editions Ophrys, Paris, 1971). O mesmo ocorreu com um dos seus livros mais conhecidos, *O Espaço Dividido* (1979), publicado em 1975, em francês.

abandonar as categorias do passado pois, “*sendo histórico, todo conceito se esgota no tempo.*” Kant, filósofo e geógrafo, já dizia que “*a história é um processo sem fim; mas os objetos mudam e dão uma geografia diferente a cada momento da história.*” (38) E hoje vivemos num período tecnológico no qual a técnica subverteu as relações existentes e que teve nas empresas transnacionais o seu veículo de afirmação histórica. “*Ciência, pesquisa pura e aplicada, tecnologia e mass-media são, sem sombra de dúvida, os pilares do período tecnológico.*” (11)

Entretanto, isso não significa que o passado não esteja presente; as formas espaciais herdadas ele as chama de **rugosidades**, termo do vocabulário geomorfológico. Rugosidades são objetos do passado que permanecem e servem ao presente; existiram como significado e se comportam como um traço de união com os novos significados da vida social.

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. (...) nos oferecem (...) restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (...) O modo de produção que, (...) cria formas espaciais fixas, pode desaparecer — e isto é freqüente — sem que tais formas fixas desapareçam. (SANTOS, 1978a, p.138)

Quando ocorre a chegada de um novo modo de produção, este encontra formas preexistentes às quais deve se adaptar; por isso, muitos objetos sociais criados no passado permanecem e, muitas vezes, com uma função na produção.

Para Milton Santos³⁸, o espaço social é histórico, obra do trabalho do homem e sua morada; é uma realidade e uma categoria de compreensão desta mesma realidade. Uma natureza socializada, um fato social, que pode ser explicado pela produção; “*um campo de força, cuja energia é a dinâmica social.*” (MORAES, 1981, p.123) Além de fato social é também um fator “*pois é a acumulação de trabalho, uma incorporação de capital na superfície terrestre, que cria formas duráveis*”, as chamadas rugosidades, que constituem um tipo de incorporação do tempo na paisagem e cuja duração é superior ao processo que as criou.

São assim, uma herança espacial que influi no presente. Por esta razão, o espaço é também uma instância, no sentido de ser uma estrutura fixa e, como tal, uma determinação que atua no movimento da totalidade social. As formas espaciais são resultados de processos passados, mas são também condições para processos futuros. (p.123-124)

³⁸ Outras obras importantes deste geógrafo: *Zona do Cacau* (Nacional, 1957), *As cidades nos países subdesenvolvidos* (Civilização Brasileira, 1965), *Economia Espacial: críticas e alternativas* (HUCITEC, 1979; original francês), *Manual de Geografia Urbana* (HUCITEC, 1981; original francês), *Pensando o Espaço do Homem* (HUCITEC, 1982), *Ensaio sobre a urbanização latino-americana* (HUCITEC, 1982), *Espaço e Método* (Nobel, 1985) e *Metamorfozes do espaço habitado* (HUCITEC, 1988).

Para Milton Santos, produzir é produzir espaço e essa produção é condicionada pela cultura, pela tecnologia e pela organização social da sociedade que, sendo capitalista, tem seu ritmo imposto pela acumulação que atribui diferencialmente os instrumentos de trabalho nas diversas sociedades.

O grande agente de transformação, de dotação diferencial, é o Estado, que age como “*intermediário entre as forças internas e externas*” (MORAES, 1981, p.124), sendo também um importante criador de rugosidades pois manifesta o modo de produção. Assim, as diferenças dos lugares são naturais e históricas, e a produção do espaço — uma combinação de variáveis, de tempos diversos funcionando concomitantemente, com rugosidades vivificadas pelo presente, reunificadas num movimento geral pela ação do Estado — deriva de “*uma acumulação desigual de tempos.*” (SANTOS, 1986, p.5) Há um contínuo processo de modificação, obediente à lógica do capital e não aos interesses do homem — o que chama de “*modernização maldosa*” —, estimulado pelo Estado e que não atinge a todos os lugares ao mesmo tempo e nem do mesmo modo, pois se caracteriza pela desigualdade, pela seletividade, ao estabelecer uma divisão territorial do trabalho e ao dotar diferencialmente os lugares quanto aos equipamentos. Para ele, é todo esse processo que deve ser a preocupação dos geógrafos.

Outros geógrafos devem ser mencionados. Citaremos alguns — numa ordem que não obedece à importância —, cientes de estarmos incorrendo em injustiças. São alguns dos que mais se destacaram em congressos e publicações, o que não significa que sejam somente eles os autores e atores fundamentais.

O carioca Ruy Moreira³⁹, professor universitário no Rio de Janeiro, possui uma proposta marxista mais ortodoxa. Tem importantes trabalhos voltados para a crítica — por vezes irrosa — das outras correntes geográficas, outros sobre teoria e método da ciência geográfica e sobre o papel ideológico do saber geográfico escolar. Para ele,

A função ideológica essencial do palavreado da Geografia escolar e universitária foi sobretudo de mascarar, através de processos que não são evidentes, a utilidade prática de análise de espaço,...” (1979, p.144) “A Geografia que se ensina tem muita coisa a dizer que até agora não disse.” (1987, p.183) “... a Geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classe que produzem esse arranjo. (1979, p.145)

Num artigo escrito no início dos anos oitenta, colocou os cinco eixos de reflexão sobre espaço que, para ele, indicavam o desenvolvimento de uma vertente marxista no pensamento geográfico:

³⁹ Autor do artigo *A Geografia serve para desvendar máscaras sociais* (Rev. Civilização Brasileira, 1979), dos livros *O que é Geografia* (Brasiliense, 1981) e *O discurso do avesso* (Dois Pontos, 1987) e organizador do monográfico número da Revista *Vozes: Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico* (1980) e do livro *Geografia: Teoria e Crítica— o saber posto em questão* (Voices, 1982)

1) o espaço como formação social (Milton Santos); 2) o espaço como mediação da reprodução das relações de produção (Henri Lefèbvre); 3) o espaço como mediação das relações de dominação de classes e de poder (Lacoste); 4) o espaço como sistema de contradições sociais (David Harvey); 5) a sociedade como natureza socializada e história naturalizada (Massimo Quaini). (1980, p.19)

Sua proposta é de bombardeio a qualquer discurso a favor do capital, significando que é o que deve ser realizado em relação à Geografia Tradicional — *“uma ciência de tudo, mas sem conteúdo”* (1987, p.20) — que, para ele, optou por ser uma ideologia e que, com sua concepção positivista, lembra a um *“armário taxonômico”* e *“perfilou sempre ao lado das classes de retaguarda.”* (1980, p.24)

Propôs ainda uma *“linguagem revolucionada”*, que fosse a expressão do real, pois dela depende *“a ordenação e clareza do pensamento”* e, *“embora não se mude uma ciência mudando-se sua linguagem, não se muda uma ciência se não se muda a sua linguagem.”* (1980, p.22) Se o social é o real da Geografia, é do social que deve — segundo Moreira — emanar a linguagem de nosso discurso, o que supõe *“retirar o saber geográfico do universo disciplinar do Estado, para enraizá-lo no âmago da sociedade civil.”* (1987, p.182) Para ele, a busca de uma Geografia, crítica e atuante, *“deve confundir-se com as lutas sociais voltadas para a transformação da sociedade. Deve ser parte orgânica desses movimentos sociais, ao mesmo tempo produto e instrumento deles.”* (1980, p.24)

Outro autor significativo é o também carioca Carlos Walter Porto Gonçalves (1949-), graduado e pós-graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que presidiu a AGB em 1980⁴⁰. Integra uma *corrente ecológica*, porém crítica da Ecologia na sua postura natural-cientificista. Para ele, a Geografia Crítica não é um novo discurso mas *“uma nova proposta de ‘práxis’ social”* (1989, p.30). Critica as abordagens do espaço fora do tempo porque *“não há fenômeno social que possa ser compreendido fora da história, sem o estudo [...] do seu movimento de constituição e autodiferenciação.”* (1984, p.84) Afirma que a principal função ideológica do professor de Geografia tem sido a de *“difundir e forjar o sentimento da nacionalidade através de uma vinculação do sentimento nacional com o território, sendo este entendido como suporte natural da nação”* (p.140), como fazem os hinos brasileiros que exaltam as potencialidades oferecidas pela natureza (p.143). É preciso compreender a realidade para transformá-la e o espaço só pode ser compreendido como produção social; há *“necessidade de se perceber a unidade entre espaço e sociedade, na medida em que esta constrói aquele.”* (1989, p.25)

⁴⁰ Suas obras mais conhecidas são *Paixão da Terra* (Rocco: Socii, 1984) e *Os (des)caminhos do meio ambiente* (Contexto, 1989). Também é autor, com Jorge Luiz Barbosa, de livros didáticos para o segundo ciclo do primeiro grau: *Geografia Hoje* (Ao Livro Técnico, 1989)

Outro expoente marxista é Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1947-), doutor⁴¹ em Geografia pela USP — onde também é professor —, com uma atuação e obra⁴² de destaque quanto às análises das manifestações na vida do campo, da *zona rural*, do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo brasileiro. Para ele, o conhecimento é “*produto da produção e da luta de classes*” (1980, p.13) e os representantes da Nova Geografia são os “*new boys*” do imperialismo (p.15). Sua atitude quanto à Geografia Tradicional é também radical:

É preciso bombardear essa Geografia Oficial e seus seguidores [...] É preciso mostrar, contrapor e combater os conceitos da classe burguesa presentes na Geografia [...] É preciso compreender profundamente essa realidade dos trabalhadores, pois aí estão, certamente, os rumos para uma práxis transformadora (p.17)

com vistas ao estabelecimento de uma Geografia Libertadora.

Antonio Carlos Robert de Moraes (1954-) defende a criação de uma Geografia Marxista. Seu pequeno livro **Geografia: pequena história crítica, publicado em 1981**, passou a ser um dos textos mais usados⁴³ nas disciplinas voltadas à epistemologia da Geografia, inclusive em virtude do inexpressivo número de obras em português a respeito desse assunto. Neste livro faz contundentes críticas às outras correntes e afirma que “*existirão tantas Geografias, quantos forem os posicionamentos sociais existentes.*” (1981, p.30) Em outra obra, propõe⁴⁴ um objeto para a Geografia Marxista:

O processo de Valorização do Espaço-formação territorial, preenche os requisitos lógicos da delimitação de um objeto específico, pois este contém a história, o território, o trabalhador e o valor; mais ainda, é uma construção social e obedece às determinações gerais dos modos de produção. (1982, p.129)

Importante é o fato de estar cômico de que um movimento de renovação não pode permanecer restrito à crítica das formulações tradicionais pois assim não se renova; afirma que “*o perigo atual é ter a crítica de um saber em ultrapassagem por meta — uma autofagia da crise.*” (1984, p.20)

⁴¹ Com a tese *Contribuição ao Estudo da Geografia Agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen*, defendida em 1979.

⁴² É autor de livros como *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos* (Papirus, 1987) e *Integrar para não entregar* (Papirus, 1988) e de artigos como, por exemplo, *O campo brasileiro no final dos anos 80* (Boletim Paulista de Geografia, 1988, n. 66, 5-22) e *Espaço e Tempo: compreensão materialista dialética* (Novos Rumos da Geografia Brasileira, HUCITEC, 1982, 66-110).

⁴³ Outros dois livros muito usados foram *Introdução à Geografia: geografia e ideologia* (Vozes, 1976), do historiador Nelson Werneck Sodré, e *Geografia: ciência da sociedade* (Atlas, 1987), de Manuel Correia de Andrade.

⁴⁴ Com Wanderley M. da Costa, que também é co-autor do livro *Geografia Crítica: a valorização do espaço* (HUCITEC, 1984). A. C. Robert de Moraes também escreveu *Ideologias Geográficas* (HUCITEC, 1988), *A Gênese da Geografia Moderna* (HUCITEC: EDUSP, 1989) e é o responsável pela introdução e seleção dos textos do livro *Ratzel* (Ática, 1990).

A renovação deve ser a rediscussão do temário “*a luz de novos parâmetros metodológicos*” (p.25). Realiza interessantes reflexões sobre uma teoria marxista da Geografia, o espaço e a epistemologia da Geografia. E acredita numa assertiva que, segundo ele, é de Estrabão: “*Nós acreditamos que a Geografia, mais que qualquer outra ciência, é um trabalho de filósofo*” (p.13). A afirmação nos parece um tanto pretenciosa; acreditamos, sim, que a Geografia brasileira, mais que qualquer outra ciência social, necessita de geógrafos que também sejam filósofos.

As preocupações metodológicas⁴⁵, os estudos regionais e a busca de uma “*ontologia do espaço geográfico*” *também caracterizam*, há muito tempo, o trabalho de Armando Corrêa da Silva (1931-). Outro a destacar é José William Vesentini que, com sua geografia libertária, fez do imperialismo, da geopolítica e da crítica a posições marxistas ortodoxas⁴⁶, suas preocupações básicas. Sua tese de doutoramento na USP⁴⁷, intitulada *A Capital da Geopolítica: um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília*, é um dos mais importantes textos sobre o tema. Posteriormente passou a se destacar como autor de livros didáticos para o primeiro e segundo graus.

Apesar de a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, ter tido um certo impacto e, aparentemente, arrefecido os ânimos de vários geógrafos, existem ainda muitos, presentes em livros e revistas⁴⁸, procurando entender o espaço para transformá-lo, para adequá-lo a uma convivência mais solidária. E a maioria afirma que possui, como opção metodológica, a dialética.

Considerações Finais

[...]

Não digam nunca: Isso é natural!

A fim de que nada passe por imutável. (Bertolt Brecht)

O surgimento de cursos universitários, a criação da AGB e do IBGE foram importantes para o saber geográfico. Infelizmente, dadas as características de suas implantações, a Geografia aqui realizada era mais francesa que brasileira; tentativas nacionais, como a de Josué de Castro, ficaram à margem da geografia oficial. A presença hegemônica de Aroldo de Azevedo criou hábitos e rótulos negativos, pouco propician-

⁴⁵ Ver, por exemplo, *O Espaço fora do lugar* (HUCITEC, 1978)

⁴⁶ Ver, como exemplo, *Imperialismo e Geopolítica Global* (Papirus, 1987)

⁴⁷ Publicada com o título *A capital da geopolítica*, em 1986, pela editora Ática.

⁴⁸ Cabe, neste aspecto, destacar o papel exercido pela publicação da AGB-SP chamada **Seleção de Textos**, com inúmeros textos de *não-geógrafos*, importantes para a reflexão, para pensar a Geografia; além disso, merecem menção o *Boletim Paulista de Geografia*, da seção paulista da AGB, e a revista *Terra Livre*, publicada pela editora Marco Zero e pela AGB.

do o surgimento de uma corrente brasileira. Com a ditadura militar após 1964 e a grande influência cultural estadunidense, a descaracterização se completou com a criação da área-disciplina Estudos Sociais e a licenciatura curta; no IBGE e em alguns centros universitários, a Geografia deixou de ser francesa para ser anglo-saxônica. Metodologia das ciências naturais, crença de que a quantificação fornecia objetividade, cientificidade e neutralidade, escamoteamento das diferenças sociais, omissão do processo histórico, fragmentação do real, reificação dos problemas sociais, modelos e sistemas, esoterismo, foram suas características mais marcantes.

A crise e o ocaso do regime militar, a própria insatisfação com a Geografia realizada nas salas de aula e no ensino superior, o agravamento dos problemas sociais e ambientais, entre outras razões, provocaram a procura de novos caminhos e estes foram muitos. O mais significativo foi aquele que investiu na busca das raízes dos problemas sociais e no aprofundamento da discussão das causas epistemológicas da crise. As propostas iniciais acabaram por se constituir em novidades face a situação anterior; procurou-se conhecer melhor a nossa sociedade para transformá-la e para descolonizar a Geografia brasileira. Novas revistas, propostas de reformulação do conteúdo de 1o e 2o graus (como a realizada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do estado de São Paulo), renovação de livros didáticos, maior diálogo com as outras ciências sociais, boa produção acadêmica, fizeram da década de oitenta a mais produtiva da Geografia nacional até então. A maioria dos principais autores do período definiu a sociedade como o objeto da Geografia e a análise dialética como método, valorizou o conhecimento do processo histórico, descartou a crença na inexorabilidade do futuro, mas teve dificuldades em trabalhar com os aspectos fisiográficos. Importante foi o fato de a Geografia aqui realizada no período começar a possuir uma cara brasileira. A lamentar, a degradação das condições do ensino público, a desvalorização salarial do magistério, a diminuição da procura por esta profissão, a proliferação de cursos superiores pouco preocupados com a qualidade de ensino, características já existentes na década de setenta, e que continuaram na década de oitenta, atingindo índices alarmantes.

Em algumas universidades, podia-se optar por fazer pós-graduação em Geografia Física ou em Geografia Humana, o que demonstra a permanência do dualismo clássico, modernizado na expressão de que a Geografia é uma *ciência da natureza e da sociedade*, o que, para nós, exigiria dois estatutos epistemológicos. Uma metodologia comum a ambos seria difícil; e a natureza que nos interessa não é mais natural, não sendo o estudo do processo natural o nosso objeto, embora devamos conhecê-lo. Incluir o ser humano na perspectiva da Ecologia também não torna a Geografia uma ciência social, por igualar o homem aos outros seres vivos e acabar por legitimar competição, desigualdade e discriminações. Embora a natureza possa se *vingar* das apropriações realizadas pela sociedade — daí a necessidade de conhecer os processos naturais, objeto de outras ciências —, a nós interessa como o homem se apropria da

natureza. E normalmente essa apropriação foi estabelecida segundo os interesses das classes controladoras do poder e não conforme os interesses de toda a sociedade, que acaba levando a culpa pelos desarranjos quando se quer encobrir os verdadeiros culpados.

Por isso, não se pode prescindir da teoria, sem a qual não se compreende o *concreto* em sua totalidade, e nem abrir mão do projeto de uma Geografia unitária e brasileira. Isto exige a preocupação com os pressupostos de nossas observações, a construção de conceitos próprios — e não a utilização de modo a-crítico dos elaborados por outras disciplinas —, a não separação das categorias espaço e tempo, a insistência na não utilização do termo *geográfico* como sinônimo de *natural*, a rediscussão constante das categorias de análise; ou seja, uma permanente preocupação epistemológica. Pois

o espaço não é nem neutro nem inocente; ele é um dos campos de ação por excelência das forças políticas: o Estado também é uma entidade geográfica e o aparelho de Estado organiza o espaço geográfico de modo a exercer seu poder sobre os homens. O imperialismo também é um fenômeno geográfico: ele implica, através de diferentes meios, o domínio e a organização do espaço planetário. As mudanças de estratégias dos imperialismos traduzem-se nas transformações de seus controles sobre o espaço; mas essas modificações, que não se fazem às claras, não são facilmente decifráveis. (LACOSTE, 1974, p.234)

Descrever o mundo, permanecendo na aparência, a mídia faz melhor; a preocupação deve ser mais profunda, como a de desnudar o caráter político dos fenômenos espaciais, clarificar o papel das estruturas sócio-econômicas na produção de um espaço desigual, contribuir com propostas para a alteração do destino dos seres humanos dos espaços subdesenvolvidos e refletir sobre a prática daqueles que possuem o poder sobre o espaço, para que este poder seja da maioria.

A ciência e o ensino devem ser um instrumento para um mundo melhor e por isso a discussão a respeito dos valores sociais deve ser constante, partindo da premissa de que um valor é fundamental quando promove a vida e não quando a sufoca. A utilidade da Geografia virá também das utopias que abraçar. Há algo mais que o binômio produção-consumo; é preciso insistir em determinados valores éticos e na real democracia, recusar as simples imitações e mergulhar na sociedade brasileira, para compreendê-la e abrir perspectivas para um futuro melhor. Para isso, é fundamental que a Geografia não passe a sofrer de agorafobia, do medo do espaço aberto; que, nas escolas, as diferentes ciências não se fechem em casulos, numa espécie de claustrofobia acadêmica; e que não se entre — de novo — na era da discutível globalização como englobalizado.

A universalização de certas idéias pode multiplicar a resistência a determinados preconceitos, diminuir o racismo através de informações científicas sobre o tema, criar a consciência de que o planeta é um só, e outras. Os meios de comunicação televisivos

dão aos espectadores a sensação de uma quase presença em acontecimentos de diversas partes do mundo. As imagens ao vivo de desastres ou guerras dão a impressão de que as pessoas estão mais conscientes porque possuem mais informações. Entretanto, a grande maioria dos fatos chega desprovida de seu processo; com informações *desprocessadas*, a visão de mundo permanece superficial e incoerente. A fragmentação, a desvinculação das informações, dificultam a organização de caminhos para determinados fins pretendidos. A solidariedade passa a ocorrer, emocionalmente, em relação a movimentos ou desgraças distantes, mas não com os problemas do bairro, problemas próximos que permanecem distantes, ao menos enquanto não aparecem nas telas. A superficialidade poderia não impedir que um jovem sérvio continuasse atirando com sua metralhadora num jovem bósnio ao som, em seu *walkman*, de *Imagine*, de John Lennon.

O momento atual exige reflexão, teorias. Para a Geografia mais ainda, até porque alguns, por causa das características de sua formação, se orgulham de não serem afei-tos à abstração, a *questões teóricas* — consideradas como não concretas, como inúteis na busca de soluções —, a análises mais profundas, consideradas estéreis. Afir-mam estar com o pé no chão, se vangloriando de não entenderem nada além do que lhes é ditado pelas sensações. Dizem: *Isto é na teoria, pois na prática é diferente*, o que só é válido para *teorias* desvinculadas da prática e para aqueles que não desejam modificar a realidade. Referem-se ao concreto, *ao mundo real* e fazem isso com o auxílio de mapas-múndi, como se estes não fossem uma abstração do concreto, um conjunto de símbolos. Muitas vezes, é num mapa que se concretizam conceitualizações espaciais, que se mostra uma determinada visão de mundo que antecede à elaboração do mapa.

Não se pode esquecer de que muitas ortodoxias hodiernas foram heresias no passado. Não se deve olhar para o passado, que possibilita o presente, com desprezo, como se nada mais devesse ser feito, como se todas as revoluções no pensar e no conviver já tivessem sido realizadas, como se não houvesse mais o que pensar. Pensar algo novo continua sendo não só um desafio como também uma possibilidade de libertação, de mudança, razão que o transforma em incômodo. E, uma das finalidades essenciais do ato de educar é provocar o pensar, pois tudo o que se aceita *a priori* como definitivo não ilumina e, sim, cega, oblitera a razão.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2.ed. - São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ADAS, Melhem. **Estudos de Geografia**. São Paulo: Moderna, 1974.
- _____. **Estudos de Geografia do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1976.
- _____. Geografia e tecnoburocracia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 53, p.61-67, 1977.

_____. **Panorama geográfico do Brasil:** aspectos físicos, humanos e econômicos. São Paulo: Moderna, 1980.

_____. **Geografia da América:** aspectos da Geografia Física e Social. São Paulo: Moderna, 1982.

ALMENDRA, Carlos Alberto da Cunha. **A Geografia Crítica:** uma filosofia de educação. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. O Pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p.5-28, 1977.

_____. **Geografia, ciência da sociedade:** uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto de Documentação. **Dicionário de ciências sociais.** 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da Terra:** ensaios críticos de ecologia e geografia. - Rio de Janeiro: Rocco, Socii, 1984.

_____. Reflexões sobre geografia e educação: notas de um debate. In: **Fundamentos para o ensino de geografia:** seleção de textos. São Paulo: SE/CENP, 1989, p.15-30.

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento.** 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

_____. A Geografia. In: CHÂTELET, François. **História da Filosofia:** a filosofia das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. v. 7, p.221-274.

_____. **A Geografia serve antes de mais para fazer a guerra.** Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Pensamento crítico, 5)

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 2.ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.

_____. **Ideologias e ciência social:** elementos para uma análise marxista. 5.ed. São Paulo, Cortez, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach).** 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MORAES, Antonio Carlos R?. **Geografia:** pequena história crítica - São Paulo: HUCITEC, 1981.

- _____.; COSTA, Wanderley Messias da. A Geografia e o processo de valorização do espaço. In: **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982, 111-130.
- _____. **Geografia crítica: A valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro. n. 16, p.143-170, 1979.
- _____. Geografia e 'Práxis': algumas questões. **Revista de Cultura**. v.74, n. 4, p.19-36,1980.
- _____. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Primeiros passos, 48)
- _____. **O discurso do avesso**: Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- NADAI, Elza. Análise da Prática Pedagógica. - O Ensino de História no 2o grau: problemas, deformações e perspectivas. **Educação e Sociedade**, São Paulo: v. 6, n. 19, p. 134-156, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. É possível uma 'Geografia Libertadora' ou será necessário partirmos para uma práxis transformadora. **Revista de Cultura**, Petrópolis v. 74, n. 4, p. 13-18, 1980.
- OLIVEIRA, José Mariano de. Revendo criticamente a Geografia. **Revista de Cultura**, Petrópolis, v. 74, n. 4, p. 31-36, 1980.
- PAULO NETTO, José. **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Primeiros passos, 34)
- PRÉVE, Orlandina da Silva Damian. **A participação do Boletim Geográfico do IBGE na Produção da Metodologia do Ensino da Geografia**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1988.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Geografia e sociedade, v. 1)
- REGO, Nelson. A unidade (divisão) da geografia e o sentido da prática. In: **Fundamentos para o ensino de geografia**: seleção de textos. São Paulo: SE/CENP, 1989. p. 71-82.
- RESENDE, Márcia Spyer. **A Geografia do aluno trabalhador**: caminhos para uma prática de ensino. São Paulo: Loyola, 1986 (Educação popular)
- RIBEIRO, Marcus Venício et al . **Brasil Vivo**: uma nova história da nossa gente. V. II: A República. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1978a.
- _____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**; Tradução de Sandra Lencioni. São Paulo: HUCITEC, 1978b. (Original francês).
- _____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Ciências sociais).

_____. **Pensando o espaço do homem**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. Responsabilidade social dos geógrafos. In: **Fundamentos para o Ensino de Geografia**: seleção de textos. São Paulo: SE/CENP, 1989. p. 7-13.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta curricular de história e geografia para o segundo grau**. São Paulo: SE/CENP, 1978.

_____. **Proposta curricular para o ensino de geografia**: 1o grau. 4. ed. - São Paulo: SE/CENP, 1988.

TURRA, Juleusa M. Theodoro. Água pra que te quero: anotações sobre o ensino de Geografia, a água e o meio ambiente em Campinas, **Cadernos do IHC**, Campinas, n. 4, p., 1994.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986 (Ensaio).

_____. **Imperialismo e geopolítica global**. Campinas: Papirus, 1987 (Educando).

Recebido em fevereiro de 2001.

Aceito em maio de 2001.